



O Rádio Democrático – Alternativas para a Ciência do Jornalismo¹

Luciano Victor Barros Maluly (Universidade de São Paulo)²

Resumo

Este artigo propõe uma alternativa para a Ciência do Jornalismo por meio de um conceito metodológico para a análise de programas radiofônicos. A fundamentação teórica está fundamentada no debate sobre a democratização dos meios de comunicação de massa, sendo o procedimento possível de ser aplicado pelos jornalistas, dentro e fora da academia. A teoria para um radiojornalismo democrático permite determinar os níveis de dependência das emissoras de rádio diante da padronização do fazer jornalístico.

Palavras-chaves:

Rádio; jornalismo; democracia; ciência.

Introdução

Fugir da discussão sobre o rádio é falar do meio pelo futuro (o digital) ou pelo passado (a época de ouro, antes do surgimento da televisão). Fica sempre aquela sensação de que o veículo “foi ou será melhor”. O essencial é discutir o presente e, principalmente para os comunicadores, o conteúdo da programação.

No caso do radiojornalismo, a saída atual está sendo a reprodução das notícias patrocinadas pela indústria da informação, assim como fazem os outros meios, como a imprensa, por exemplo. É que o conteúdo disponibilizado contempla os diversos grupos, incluindo os jornalistas, que ao serem atingidos pelo esquema, aceitam o modelo proposto como suficiente. Para o público, fica a impressão de ouvir sempre as mesmas notícias.

¹Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Luciano Victor Barros Maluly é doutor em Ciências da Comunicação e professor de radiojornalismo, ambos na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo (BRA).



Essa postura (unilateral) é aplicada na maioria das emissoras de rádio, justamente por ser mais simples, objetiva e barata. O problema é que as emissoras estão estáticas, com os jornalistas sendo transformados em “papagaios” que, simplesmente, repetem as informações de interesse da chamada grande imprensa. A alternativa é partir para experiências comunicacionais para a construção da democracia, estimulando condutas diversificadas para a emissão da notícia. Um programa e/ou uma emissora diferenciada pelo conteúdo e não apenas pelo formato, como acontece atualmente.

Cabe não somente à emissora de rádio, mas principalmente ao jornalista, determinar a linha de conduta que caracteriza o programa, mesmo que essa postura seja semelhante ao concorrente/parceiro, prática comum quando certa tendência conquista os patrocinadores, os críticos, entre outros.

O esclarecimento fundamenta a identidade do público, assim como a postura dos envolvidos no processo, já que a participação depende exclusivamente do comunicador. Por isso, a prática condicionada pela intenção do jornalista é que vai determinar a dimensão do momento noticioso.

Nulidade

No primeiro instante é necessário observar os pontos de Nulidade, em que o jornalista praticamente está fora do processo de construção da matéria. A notícia chega, mas é logo retransmitida, podendo ainda passar pela fase da maquiagem, conforme o relato. As matérias reproduzidas de outras fontes, como a Internet, são exemplos deste modelo. Mas a Nulidade também permite uma possível reflexão em que, por meio das informações alheias, o intérprete permite a si intervir no relato pela “opinião”. Somente o jornalista interfere, sem a participação de outros possíveis componentes como os colaboradores, os ouvintes/falantes, entre outros.

Seleção

A cobertura jornalística permite ao comunicador, muitas vezes, determinar quais serão os atores do processo. O convite fundamentado pela escolha dirigida caracteriza uma pequena abertura do meio. A relação é condicionada pela resposta, conduzida pelo anseio ou necessidade da pauta. Mesmo assim, esse contato é distante, revelado pelo



aceite dos outros elementos em participar do relato jornalístico, conforme as regras estabelecidas pelo jornalista.

Permissão

Se a condução da notícia é atributo do jornalista, cabe a ele determinar os meios democráticos para a abertura da mensagem. Primeiro é permitido estimular a participação de outrem. O critério é fundamentado pelo microfone aberto, revelando o “fale o que quiser”. O comunicador aceita o dizer do outro, e vice-versa. Cada um defende o seu ponto de vista, podendo chegar a um acordo no simples ato de concessão. Debates políticos ou participações de elementos externos, geralmente, estabelecem condutas estáticas, sem relacionamento na busca pelo bem comum. O poder do comunicador é quebrado pela voz do outro. Afinal, ambos estão ali para falar e serem ouvidos, sem interferência.

Acordo

Cabe ao comandante alertar sobre os riscos de determinadas atitudes, como as permeadas pelo autoritarismo, pela irresponsabilidade. A direção é do jornalista que possibilitou a participação, sem submissão, sem humilhação. Neste momento, a conduta é de abertura para posicionamentos diante da fala alheia. Face ao medo e ao desgaste pelo confronto, pela perda do poder de concessionário, logo o jornalista concede aos participantes o direito de resposta, fazendo do *diálogo* a base do encontro.

Mobilização

As posições estão definidas. Começa o diálogo, com a concessão diante do relato que os une, fazendo da informação, da opinião, da interpretação de ambos um momento único, inspirado no desejo de mudança para o bem-estar social, para a busca de situações (soluções) dos fatos incompreensíveis para o cidadão comum, como, por exemplo, a desigualdade e a mentira.

Supostamente, o jornalista ainda comanda o processo, não pelo poder a ele concedido, mas como um direito do exercício da profissão de jornalista. Possibilidade de fazer do rádio um veículo de mobilização, conduzido pela bandeira da liberdade de expressão, não de opressão, como as demonstradas por aqueles que se apoderam dos espaços públicos destinados à informação.



Processo

O princípio é de que todas as manifestações sejam aceitas, sem estipular o certo ou errado, respeitando sempre a liberdade de imprensa. Desta forma, as condições das mensagens são estipuladas pelo comunicador, que determina os critérios para a apuração e transmissão da notícia. Assim, o público conhece a postura do jornalista, explícita no universo do “só eu falo”; “o outro também fala”; “eu conversei com o outro”; “nós chegamos a um acordo”; “nós nos unimos”, entre outras formas que surgem e se intercalam.

O discurso do jornalista como produtor de conteúdo, muitas vezes, viabiliza a possibilidade de expansão da notícia. A informação fica sob controle do sujeito que seleciona os dados a serem transmitidos, conforme os já estabelecidos critérios jornalísticos. Ao quebrar o ensinamento determinado pela cartilha da profissão, o mediador sugere alternativas comunicacionais para a democracia, ou seja, programas diferenciados, interativos e integradores. O espaço começa a ser composto pelos diversos recursos radiojornalísticos disponíveis para a construção da notícia, sendo o cotidiano revelado conforme a intencionalidade de seu idealizador.

A diversidade será possível quando os preceitos de liberdade e responsabilidade estiverem, paralelamente, (re) associadas ao trabalho do jornalista. A ruptura com o plágio, mascarado pela reprodução/retransmissão das mesmas notícias, é um dever de quem busca revelar, pelo olhar, o cotidiano das (in) justiças e das (in) certezas. Noticiário que modifica a vida do outro, que orienta, que instiga a troca, a relação, que propõe igualdade de condições entre os participantes.

O processo agora é único porque, para o jornalista, não há mais emissores e receptores, mas sim comunicadores, desde que ele, a empresa, a escola de comunicação estabeleçam a notícia como espaço público de debate. Uma abertura que possibilite, principalmente, ao cidadão comum adquirir subsídios para as discussões do dia-a-dia, como as estabelecidas na rotina da vida, como as difíceis situações observadas quando a pessoa está doente (da demora no atendimento até a mudança dos hábitos), ou sem emprego (pela qualificação, salário baixo e/ou paciência), ou insegura nas ruas cheias de lixo, ou quando observa o rio poluído em que poderia nadar ou, inclusive, para não



ficarem falando da falta de água, ou do difícil vestibular, com a complexa pergunta da matéria que não foi ensinada no ensino médio.

O importante é revelar que os padrões de qualidade que imperam nos meios de comunicação e que, infelizmente, são seguidos por alguns profissionais (ir) responsáveis, prejudicam a abertura de ambientes democráticos para participação, revelação e debate de situações do cotidiano. E é dever e direito do universo jornalístico (profissional e acadêmico) estimular o conhecimento, começando pela simplicidade do rádio, um meio transformador que modifica pensamentos pela notícia. Afinal, o conteúdo está repetitivo e, por isso, é permitido mudar (não só de estação).

Método

Quando retomamos a leitura do livro *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*, de Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão³ fica a impressão de que o rádio poderia ter o mesmo destino da internet, com um espaço aberto para as pessoas e seus conteúdos, ampliado pelo estilo, pela conversa, sem a restrição do modelo vigente que predomina nas emissoras brasileiras, massificadas pela padronização. A linha editorial conduzida pela participação, pelo diálogo, pela diversidade de notícias, enfim, pela democratização do departamento de jornalismo.

Neste momento, o principal objetivo dos estudos em radiojornalismo é detectar e denunciar esta limitação, muitas vezes, causada pela cultura jornalística do plágio da pauta, da agenda, de se fazer rádio de dentro da emissora pelas notícias disponibilizadas pelos outros meios de comunicação, sendo a prática associada à leitura das notas pelos locutores ou mesmo dos contatos (quando) realizados pelo telefone.

A mudança ocorre na academia quando uma pesquisa está relacionada à democratização dos meios de comunicação. O primeiro momento é encontrar os programas radiojornalísticos de acordo com a modalidade que pretende analisar, já pensando, inclusive, qual a disponibilidade da emissora em recebê-lo e a do pesquisador para acompanhar a programação. O fato de a emissora estar aberta para sua pesquisa, sem

³ MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio & MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense: 1986.



muitas restrições, já é um ótimo sinal para iniciar o trabalho. O período, bem como as etapas, variam de acordo com o planejamento, mas dois anos e meio é o tempo suficiente para conduzir a sua pesquisa, com um semestre para o contato e formulação do projeto, um ano para a captação das informações e um ano para a análise dos dados e construção do relatório final.

É importante ressaltar que a amostra é determinada pela amplitude da pesquisa (análise do material coletado em áudio, mensuração dos dados e construção dos capítulos), sendo aconselhável analisar apenas uma emissora no período estipulado, já que o pesquisador precisa também acompanhar o áudio diariamente, concentrando-se na emissora escolhida.

Após selecionar a(s) emissora(s) para a pesquisa é importante observar a quantidade de programas que pretende analisar de acordo com o tempo de exposição, não esquecendo de observar os horários de maior audiência, como por exemplo, o início da manhã e o final da tarde, características básicas de programas radiojornalísticos. Neste contexto, a escolha do formato do programa também é um fator determinante, pois pode determinar, pelo conceito, uma possível abertura democrática no conteúdo, como é o caso do programa de debate⁴.

A proposta mínima determina o conjunto de programas a serem analisados, justamente para centralizar o foco da pesquisa. A amostra se define pela gravação e análise de um programa da emissora, no máximo, por sete meses. Os programas são escolhidos por sorteio direcionado, sendo seguidos os dias da semana, ou seja, para cada mês, serão selecionados, respectivamente, os programas de segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira, sábado e domingo. Ao todo, serão sete edições semelhantes pelo horário, por programa, durante o ano. Cada edição refere-se a um programa diferenciado, mesmo sendo duas ou mais edições de um mesmo programa.

O acompanhamento das gravações, bem como da fase de produção, auxilia o pesquisador a compreender o planejamento diante da cobertura jornalística, conduzindo a análise do fazer jornalístico entre o possível e o recomendável.

⁴ ORTRIWANO, Gisela. A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985, pp.91-94.



Após a primeira gravação já é possível analisar o material, sendo essencial determinar as fases da pesquisa, começando pela seleção das matérias radiojornalísticas⁵ transmitidas no programa, justamente para eliminar o conteúdo não informativo da análise, como, por exemplo, os voltados para o entretenimento, como as músicas, e publicidade, como jingles e spots, ou mesmo outras produções de caráter apenas identificador, como as vinhetas. Quanto mais jornalismo, mais possibilidade de discussão.

A fase seguinte é marcada pela pesquisa direta sobre a transmissão radiojornalística, com a análise sendo realizada pelos procedimentos de Quantidade (Q) e Tempo (T), este por uma única unidade, como os segundos, por exemplo. No início, procura-se adaptar o trabalho ao que já existia na área, como a pesquisa sobre gêneros jornalísticos, estudo já difundido por diversos autores⁶. A análise inicial se aprofunda na classificação dos gêneros jornalísticos existentes (nota, boletim, entrevista, reportagem, artigo, coluna, comentário, crônica, editorial, resenha, seção do ouvinte e outros). A inserção de gêneros como a reportagem, a entrevista e a seção do ouvinte já interferem no processo de abertura, já que os mesmos possuem características que determinam a participação de outros indivíduos, além dos jornalistas.

Em menor escala, a inserção de convidados (e/ou colaboradores), por meio, geralmente, de matérias opinativas, podem causar o mesmo impacto, apesar de problemas causados pela aproximação e cumplicidade. Nesta fase, é possível ampliar os estudos dos gêneros ao analisar as características e especificidades dos gêneros encontrados no programa diante da transmissão (gravada, ao vivo ou mista) e do emissor (locutor ou repórter), auxiliando o pesquisador a compreender o processo radiojornalístico. A transmissão ao vivo, por exemplo, pode estar relacionada à atualidade da notícia, assim como a participação do repórter determina a diminuição ou a até eliminação das notas.

⁵ HUDEC, Vladimir. *O que é jornalismo?* Lisboa: Editorial Caminho, 1980, pp. 35-40

ORTRIWANO, Gisela. *A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985, p. 78-81.

⁶ BARBOSA FILHO, André. *Gêneros radiofônicos: Os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.



Na próxima etapa é possível aprofundar os estudos sobre as mensagens conforme a quantidade de fontes inseridas nas matérias (uma, duas, três ou mais); atores (protagonista, especialista e testemunha); vozes e participações (locutores, repórteres, colaboradores, ouvintes e entrevistados) e emissões (internas ou externas). O maior número de fontes selecionadas, a diversidade de atores, o equilíbrio de vozes e participações e as emissões externas conduzem à possível abertura do departamento de jornalismo.

A seqüência destina-se ao estudo da política editorial⁷, exemplificado pela escolha das matérias que foram divulgadas, muitas vezes agrupadas em editoriais, o que determina a preferência por determinado assunto, como por exemplo, esportes, e pelo conteúdo, que determina a tendência das matérias selecionadas conforme as características privilegiadas pela cobertura jornalística, por exemplo, serviços. Desta forma, é possível observar a escolha do material que é noticiado pela emissora, semelhante ou diferenciado dos demais periódicos.

Consideração Final

O relatório final é composto pela introdução da pesquisa que permite uma visualização do projeto de pesquisa. Já os capítulos iniciais destinaram-se ao quadro teórico de referência, com o último capítulo composto pela pesquisa e análise dos programas analisados. A discussão dos resultados fica exemplificada nas considerações finais, o que permite uma leitura sobre o conteúdo dos programas, revelando o perfil democrático transmitido pelo radiojornalismo da emissora. No final, o relatório da pesquisa é enviado aos responsáveis, com uma conversa entre pesquisador e jornalistas, entre a prática e a teoria.

⁷ “Na avaliação de um fato para publicação, o jornalista deve sempre ter presente a política editorial, isto é, a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha e para o público para o qual se dirige.” IN BELTRÃO, Luiz. *Teoria e Prática do Jornalismo*. Adamantina (SP): Cátedra Unesco Metodista de Comunicações para o Desenvolvimento Regional/Edições Omnia, 2006, pp.88.



Bibliografia

- BARBOSA FILHO, André. *Gêneros radiofônicos: Os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e Prática do Jornalismo*. Adamantina (SP): Cátedra Unesco Metodista de Comunicações para o Desenvolvimento Regional/Edições Omnia, 2006.
- BENTES, Ivana & ZAREMBA, Lílian (Orgs). *Rádio Nova: constelações da radiofonia contemporânea*. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Publique, 1997.
- BITTENCOURT, Luiz Marcello de Menezes. *Ficção e realidade – o rádio como mediador cultural*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: ECA/USP, 1999.
- BESPALHOK, Flávia Lucia Bazan. *A Prática da Reportagem Radiofônica na Emissora Continental do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Bauru (SP): FAAC-UNESP, 2006.
- BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: palas Athena, 2005.
- BRECHT, Bertold. *Cinco maneiras de dizer a verdade* in: Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, no.5.
- CARVALHO, Sérgio. *Hora da Ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães*. Santa Maria: UFSM, 1994.
- CHANTLER, Paul & HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.
- COELHO FILHO, Marco Antonio T. *Jornalismo Público: guia de princípios*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2004.
- FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. *Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da Região Noroeste do Estado de São Paulo*. (dissertação). São Paulo: Eca/USP, 2006.
- FREIRE, Paulo & Guimarães, Sérgio. *Sobre a Educação (diálogos)*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GANZ, Pierre. *A reportagem em rádio e televisão*. Lisboa: Inquérito, 1999.



- LIMA, Zita de Andrade. *Princípios e técnica de radiojornalismo*. Brasília: Inciform, 1970.
- LOGE, Celso José. *A Tomada da Bastilha e do Rádio por Walter Benjamin* in: Revista Comunicações e Artes. Ano 14. Número 22. São Paulo: ECA-USP, novembro de 1989.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio & MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- MACLEISH, Robert. *Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.
- MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. *Teorias do rádio*. Florianópolis: Insular, 2005.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MONTEIRO, Maurício Mário. *Rede Educativas: o inventário de diferenças – o caso da RTV Cultura de São Paulo*. São Paulo: Uam, 2003/2004
- ORTRIWANO, Gisela. *A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
- _____. *Radiojornalismo no Brasil*. São Paulo: Com-Arte, 1987.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia de Pesquisa: abordagem teórico-prática*. Capinas (SP): Papyrus, 200.
- PARROM, Milton. *O radiorepórter*. IN Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo – Número 1 (março/maio de 1989). São Paulo: USP/CCS, 1989.
- PERUZZO, Cicília. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. São Paulo: Vozes, 1998.
- PIERNES, Guillermo. *Comunicação e desintegração na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. 9ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2001.



PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

SCHAFER, R. Murray. *O ouvido pensante*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1991.

SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. *Rádio: oralidade mediatizada*. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUZA, Ligia Maria Trigo de. *Rádio @ Internet: o desafio do áudio na rede*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: ECA/USP, 2002.

TUBAU, Iván. *Periodismo oral*. Barcelona: Piados, 1993.